

## **Informações Trimestrais - ITR**

**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro  
S.A.**

31 de março de 2011

# CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Informações Trimestrais - ITR

31 de março de 2011

Índice

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais .....	1
Informações Trimestrais - ITR	
Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados .....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	7
Demonstrações do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às Informações Trimestrais .....	10

## **RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Aos Conselheiros, Acionistas e Diretores da  
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – Metrô-Rio  
Rio de Janeiro - RJ

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., - Metrô Rio ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

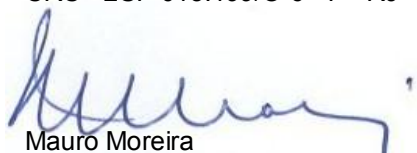
### **Outros assuntos**

#### **Informações intermediárias do valor adicionado**

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2011

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ



Mauro Moreira  
Contador CRC - 1RJ 072.056/O-2



Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

**CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.**

Balancos patrimoniais

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
<b>ATIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Disponibilidades (Nota 4)	10.344	11.522	10.346	11.524
Aplicações financeiras (Nota 4)	16.382	53.893	16.382	53.893
Créditos a receber (Nota 5)	6.998	6.750	6.998	6.750
Estoques (Nota 6)	15.946	14.179	15.946	14.179
Impostos a recuperar (Nota 7)	7.325	7.030	7.325	7.030
Adiantamento de proventos	1.870	1.723	1.870	1.723
Adiantamento a fornecedores	7.093	6.163	7.093	6.163
Despesas antecipadas	1.722	3.266	1.722	3.266
Total do ativo circulante	<u>67.680</u>	<u>104.526</u>	<u>67.682</u>	<u>104.528</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Aplicações financeiras (Nota 4)	20.215	20.791	20.215	20.791
Créditos a receber (Nota 5)	3.653	4.043	3.653	4.043
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	47.575	36.938	47.575	36.938
Depósitos judiciais	25.477	23.783	25.477	23.783
Investimentos (Nota 11)	2	2	-	-
Imobilizado (Nota 9)	157.836	156.516	157.836	156.516
Intangível (Nota 10)	1.883.107	1.877.155	1.883.107	1.877.155
Total do ativo não circulante	<u>2.137.865</u>	<u>2.119.228</u>	<u>2.137.863</u>	<u>2.119.226</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u><u>2.205.545</u></u>	<u><u>2.223.754</u></u>	<u><u>2.205.545</u></u>	<u><u>2.223.754</u></u>

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
<b>PASSIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	211.408	206.312	211.408	206.312
Debêntures (Nota 12)	2.258	34.842	2.258	34.842
Fornecedores	27.668	45.508	27.668	45.508
Impostos, taxas e contribuições a pagar (Nota 7)	4.063	4.853	4.063	4.853
Salários, provisões e contribuições sociais	13.389	13.477	13.389	13.477
Concessões de serviços públicos (Nota 13)	162.760	124.236	162.760	124.236
Participações a empregados (Nota 19)	3.524	2.277	3.524	2.277
Dívidas com pessoas ligadas (Nota 8)	767	767	767	767
Serviços a prestar	5.596	4.927	5.596	4.927
Outras obrigações	8.238	12.023	8.238	12.023
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>439.671</b>	<b>449.222</b>	<b>439.671</b>	<b>449.222</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	353.978	356.629	353.978	356.629
Debêntures (Nota 12)	478.835	469.750	478.835	469.750
Concessões de serviços públicos (Nota 13)	233.388	279.382	233.388	279.382
Impostos, taxas e contribuições (Nota 7)	1.629	1.557	1.629	1.557
Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais (Nota 14)	15.167	13.497	15.167	13.497
Receita diferida	443	843	443	843
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.083.440</b>	<b>1.121.658</b>	<b>1.083.440</b>	<b>1.121.658</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)</b>				
Capital social	720.000	650.000	720.000	650.000
Prejuízos acumulados	(37.566)	(17.126)	(37.566)	(17.126)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>682.434</b>	<b>632.874</b>	<b>682.434</b>	<b>632.874</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	20.000	-	20.000
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>682.434</b>	<b>652.874</b>	<b>682.434</b>	<b>652.874</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.205.545</b>	<b>2.223.754</b>	<b>2.205.545</b>	<b>2.223.754</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.**

## Demonstrações dos resultados

Trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações, expresso em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Receita com passagens líquidas	96.293	85.078	96.293	85.078
Receitas acessórias líquidas	5.937	5.454	5.937	5.454
Receita da construção	20.453	14.531	20.453	14.531
Receita operacional líquida (Nota 24)	122.683	105.063	122.683	105.063
Custos com serviços de passagens (Nota 24)	(60.965)	(54.204)	(60.965)	(54.204)
Custos com receitas acessórias (Nota 24)	(166)	(106)	(166)	(106)
Custo da construção (Nota 24)	(19.931)	(14.048)	(19.931)	(14.048)
Lucro bruto	41.621	36.705	41.621	36.705
Receitas (despesas) operacionais Gerais, administrativas e com vendas (Nota 24)	(28.505)	(27.153)	(28.505)	(27.153)
Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas	1.001	694	1.001	694
Lucro operacional antes do resultado financeiro	14.117	10.246	14.117	10.246
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras (Nota 17)	12.240	5.719	12.240	5.719
Despesas financeiras (Nota 17)	(56.137)	(32.933)	(56.137)	(32.933)
Total resultado financeiro	(43.897)	(27.214)	(43.897)	(27.214)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(29.780)	(16.968)	(29.780)	(16.968)
Impostos de renda e contribuição social (Nota 7)	10.590	6.105	10.590	6.105
Participações dos empregados (Nota 19)	(1.250)	(575)	(1.250)	(575)
Prejuízo do trimestre	(20.440)	(11.438)	(20.440)	(11.438)
Número médio ponderado de ações durante o período (mil)	675.195	650.000	675.195	650.000
Resultado básico por lote de mil ações - em reais (Nota 24)	(30,27)	(17,60)	(30,27)	(17,60)
Resultado diluído por lote de mil ações - em reais (Nota 24)	(17,10)	(9,78)	(17,10)	(9,78)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.**  
 Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido  
 Trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010  
 (Em milhares de reais)

	Capital Social Subscrito	Reserva de lucros		Prejuízo acumulado	Sub-total	AFAC	Total
		Reserva Legal	Reserva de retenção Lucros				
Saldos em 1º de janeiro de 2010	650.000	186	3.527	-	653.713	20.000	673.713
Prejuízo do trimestre	-	-	-	(11.438)	(11.438)	-	(11.438)
Saldos em 31 de março de 2010	650.000	186	3.527	(11.438)	642.275	20.000	662.275

	Capital Social Subscrito	Prejuízo acumulado	Sub-total	AFAC	Total
Prejuízo do trimestre		(20.440)	(20.440)	-	(20.440)
Aumento de capital (Nota 16)	70.000		70.000	(20.000)	50.000
Saldos em 31 de março de 2011	720.000	(37.566)	682.434	-	682.434

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.**

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	31/03/2011		31/03/2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Prejuízo do trimestre	(20.440)	(20.440)	(11.438)	(11.438)
Ajustes para reconciliar o prejuízo com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	21.731	21.731	20.927	20.927
Receita da Construção	20.453	20.453	14.531	14.531
Custo da Construção	(19.931)	(19.931)	(14.048)	(14.048)
Despesas da Construção	(522)	(522)	(483)	(483)
Baixa de imobilizado	-	-	1.246	1.246
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(10.637)	(10.637)	(6.105)	(6.105)
Provisão (reversão) para contingência	956	956	828	828
Variações monetárias sobre concessões e provisão para contingências	(5.523)	(5.523)	5.248	5.248
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	35.316	35.316	18.954	18.954
Ajuste a valor presente	3.437	3.437	-	-
Reversão apropriação receita diferida	(400)	(400)	(400)	(400)
Provisão participação dos empregados	1.247	1.247	575	575
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Aplicações financeiras	576	576	(313)	(313)
Contas a receber de clientes	(248)	(248)	(2.064)	(2.064)
Adiantamentos de proventos	(147)	(147)	(52)	(52)
Depósitos Judiciais	(1.298)	(1.298)	(2.095)	(2.095)
Estoques	(1.767)	(1.767)	(3.932)	(3.932)
Outros Créditos	709	709	(48.109)	(48.109)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(17.840)	(17.840)	(29.026)	(29.026)
Obrigações com empregados e administradores	1.690	1.690	(286)	(286)
Impostos, taxas e contribuições	(718)	(718)	(97)	(97)
Concessão de serviço publico	(5.066)	(5.066)	(1.707)	(1.707)
Outras obrigações e contas a pagar	(4.894)	(4.894)	5.369	5.369
<b>CAIXA CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(3.316)</b>	<b>(3.316)</b>	<b>(52.477)</b>	<b>(52.477)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
Aquisição de intangível	(22.819)	(22.819)	(35.313)	(35.313)
Aquisição de imobilizado	(6.184)	(6.184)	(8.914)	(8.914)
<b>CAIXA CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(29.003)</b>	<b>(29.003)</b>	<b>(44.227)</b>	<b>(44.227)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Aumento de Capital	50.000	50.000	-	-
Pagamento de empréstimos	(226.370)	(226.370)	(667.288)	(667.288)
Captação de empréstimos	170.000	170.000	979.278	979.278
<b>CAIXA GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(6.370)</b>	<b>(6.370)</b>	<b>311.990</b>	<b>311.990</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(38.689)</b>	<b>(38.689)</b>	<b>215.286</b>	<b>215.286</b>
<b>SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO TRIMESTRE</b>	<b>65.415</b>	<b>65.417</b>	<b>53.701</b>	<b>53.703</b>
<b>SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO TRIMESTRE</b>	<b>26.726</b>	<b>26.728</b>	<b>268.987</b>	<b>268.989</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(38.689)</b>	<b>(38.689)</b>	<b>215.286</b>	<b>215.286</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.**

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2011</b>	<b>31/03/2010</b>	<b>31/03/2011</b>	<b>31/03/2010</b>
Receitas	130.489	111.795	130.489	111.795
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	109.152	96.719	109.152	96.719
Receita da construção	20.453	14.531	20.453	14.531
Provisão para devedores duvidosos	(133)	(150)	(133)	(150)
Outras receitas	1.017	695	1.017	695
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(58.814)	(47.508)	(58.814)	(47.508)
Custos das mercadorias e serviços vendidos				
Custo da construção	(19.931)	(14.048)	(19.931)	(14.048)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(38.883)	(33.460)	(38.883)	(33.460)
Valor adicionado bruto	71.765	64.287	71.765	64.287
Retenções	(21.731)	(20.927)	(21.731)	(20.927)
Depreciação, amortização e exaustão	(21.731)	(20.927)	(21.731)	(20.927)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	49.945	43.360	49.945	43.360
Valor adicionado recebido em transferência	12.240	5.719	12.240	5.719
Receitas financeiras	12.240	5.719	12.240	5.719
Valor adicionado total a distribuir	62.185	49.079	62.185	49.079
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	25.498	22.977	25.498	22.977
Impostos, taxas e contribuições				
Impostos Federais	(1.732)	1.588	(1.732)	1.588
Impostos Municipais	2.056	2.362	2.056	2.362
Impostos Estaduais	557	496	557	496
Despesas Financeiras, juros, aluguéis e terceiros	56.246	33.094	56.246	33.094
Prejuízo do trimestre	(20.440)	(11.438)	(20.440)	(11.438)
	62.185	49.079	62.185	49.079

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

## **CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais**

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (a seguir denominada como Metrô Rio ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade anônima” em 26 de agosto de 2008 com o objetivo de: (i) participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como cotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos.

Em março de 2009 a controladora Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR efetuou integralização de capital no montante de R\$649.999, valor este utilizado pela Megapar na aquisição de 100,0% das ações de emissão da Oeste Participações S.A. e 15,0% das ações de emissão da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Em novembro de 2009 a Companhia detinha 99,99% do capital votante da Oeste Participações S.A. (“Oeste”), que detinha 99,99% do capital votante e total da Sorocaba Empreendimentos e Participações S.A. (“Sorocaba”), a qual detinha 85% do capital votante da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. A Megapar detinha diretamente 15% do capital votante da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Como parte do processo de otimização da estrutura societária, em 27 de novembro de 2009 foi assinado pela Megapar e suas controladas integrais Oeste, Sorocaba e Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o Protocolo e Justificação de Incorporação destas subsidiárias pela controladora. Nessa mesma data, a Megapar passou a se chamar Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“Metrô Rio”, “Concessionária” ou “Companhia”).

A incorporação foi procedida de forma que a Companhia recebeu os patrimônios das subsidiárias avaliados pelo seu valor contábil, assumindo todos os direitos e obrigações subsistentes. O capital social da Companhia não sofreu qualquer alteração.

Com a incorporação, a Companhia assumiu todos os direitos e obrigações das subsidiárias incorporadas e passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. A principal atividade da Companhia é a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do Contrato de Concessão (“Contrato”), e de seus aditivos, esses últimos firmados entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (“Poder Concedente”). A Companhia poderá exercer outras atividades não previstas no Contrato, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros.

A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro. RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

Em 31 de março de 2011, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 370.334 (R\$ 344.694 em 31 de dezembro 2010) e apresentou prejuízo de R\$20.440 no período findo naquela data, o que, em função do atual estágio de operação, está previsto em seus planos de negócio. A Administração entende que, a partir dos investimentos que têm sido efetuados para o aumento da malha metroviária, construção de novas estações e aquisições de novas composições, deverá haver um aumento significativo no número de passageiros pagantes, o que aumentará a sua geração de caixa operacional e permitirá o pagamento de seus passivos.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações trimestrais individuais e consolidadas em 12 de maio de 2011.

## **2. Políticas contábeis**

As informações trimestrais individuais da controladora para o trimestre findo em 31 de março de 2011, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As informações trimestrais da controladora e consolidada foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2011. As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

As informações trimestrais estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

### 2.1 Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas Informações trimestrais da Companhia e da controlada MASU9 Participações Ltda., subsidiária integral da qual a Companhia possui 99,95% do Capital social que totaliza R\$2.

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e a empresa controlada são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

### 2.2 Reconhecimento de receitas

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

#### a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

#### b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

#### c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a Companhia é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas de acordo com a particularidade dos negócios da Companhia, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05.

## **2. Políticas contábeis--Continuação**

### **2.3 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

### **2.4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

### **2.5 Créditos a receber**

Os créditos a receber de clientes são registrados pelo valor incorrido e ainda não recebido, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 90 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

### **2.6 Estoques**

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

## **2. Políticas contábeis--Continuação**

### **2.7 Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa 10 e leva em consideração o tempo de vida útil- econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Também fazem parte do Imobilizado equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

### **2.8 Ativos intangíveis**

Refere-se a direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas das concessões classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01 – Contratos de Concessão.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

## **2.9 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Até 31 de março de 2011 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.10 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

### 2.11 Tributação

#### *Impostos sobre vendas e serviços*

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas acessórias	Receita com venda de passagens
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	3,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	-	2,00%

A Companhia e suas controladas adotam o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30, tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

## **2. Políticas contábeis--Continuação**

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, diferenças temporárias, base negativa de imposto de renda e contribuição social, e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

## **2. Políticas contábeis--Continuação**

### **2.12 Plano de previdência e outros benefícios aos empregados**

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Aprovado pela Deliberação CVM 600/09, o CPC 33, correlacionado ao IAS 19 - Benefícios a Empregados e sua norma de interpretação IFRIC – 14, dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-aposentadoria da Companhia representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar benefícios pós-aposentadoria é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do empregado. Ganhos e perdas atuariais que excedam 10% das obrigações do plano são distribuídos ao longo do restante da vida útil média dos empregados participantes do plano e são refletidas no lucro operacional.

### **2.13 Resultado por ação**

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 – Resultado por ação (IAS 33).

### **2.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações trimestrais, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

A Companhia identificou o passivo sujeito ao ajuste a valor presente concessões de serviços públicos. As taxas de juros implícitas entre 4,8% a.a. e 10% a.a., aplicadas, foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

#### Julgamentos

A preparação das informações trimestrais da controladora e consolidado da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### Estimativas e Premissas

##### *Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros de debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um spread de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota Explicativa 16.

### Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.16 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

### 2.17 Instrumentos financeiros

#### a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos com característica de hedge. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber e adiantamentos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos e debêntures.

#### b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

*Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

*Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

*Empréstimos e financiamentos:* Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### 2.18 Informações por Segmento

Em função da concentração de suas atividades no transporte público de passageiros a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio e suas operações não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

### 2.19 Combinações de negócios (a partir de 1º de janeiro de 2009)

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

## **2. Políticas contábeis--Continuação**

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subseqüentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

### **2.20 Custos de empréstimos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

## **2. Políticas contábeis--Continuação**

### **2.21 Contratos de concessão - ICPC 01**

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

## 2.21 Novos IFRS e interpretações

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010, para os quais o CPC ainda não editou os pronunciamentos e modificações correlacionados. Espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das mesmas. Segue um resumo das principais normas publicadas e ainda não vigentes, bem como a expectativa de impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte.
- Melhorias para IFRS – O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:
  - IFRS 3 – Combinação de negócios
  - IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros
  - IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras
  - IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais
  - IFRIC 13 – Programa de fidelidade a cliente

A Companhia não estimou a extensão dos possíveis impactos destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

### 3. Contratos de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. Segue abaixo um breve descritivo do contrato: A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - METRÔ RIO detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o METRÔ RIO e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Além da receita com passagens, o METRÔ RIO faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão.

O METRÔ RIO é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao METRÔ RIO a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens; sendo responsabilidade do METRÔ RIO zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o METRÔ RIO firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018. A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo METRÔ RIO, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro – CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte.

O Contrato determinava, e o Aditivo manteve, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado (“IGP-M”), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

No evento da extinção do contrato de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à concessão. O METRÔ RIO terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

O contrato de concessão foi classificado como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia. No primeiro trimestre de 2011 não houve alteração relevante no contrato de concessão.

#### 4. Disponibilidades e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	3.259	2.690	3.261	2.692
Aplicações financeiras				
Certificado de depósitos bancários – CDB	17.812	45.582	17.812	45.582
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	18.785	29.102	18.785	29.102
	<b>39.856</b>	<b>77.374</b>	<b>39.858</b>	<b>77.376</b>
Saldos em moeda estrangeira convertida para reais				
Fundo de investimento em renda fixa	7.085	8.832	7.085	8.832
<b>Total</b>	<b>46.941</b>	<b>86.206</b>	<b>46.943</b>	<b>86.208</b>
Circulante	26.726	64.415	26.728	64.417
Não circulante	20.215	20.791	20.215	20.791

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 75%% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e com liquidez imediata.

Parte das aplicações financeiras demonstradas acima, está vinculada a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 21, e descrito abaixo:

#### **4. Disponibilidade e aplicações financeiras--Continuação**

- ▶ R\$1.757 (intermediador Banco Safra S.A.) e R\$5.764 (intermediador Banco Bradesco S.A.) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e nos contratos de fornecimento de serviço.
- ▶ R\$1.466 (Banco Itaú BBA), R\$1.997 (Banco Bradesco S.A.), R\$1.703 (Banco Safra), R\$13 (Banco Real), R\$35 (HSBC) e R\$20 (Banco Votorantim) referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis.
- ▶ R\$7.460 referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 7 de maio de 2008, 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES. Mais detalhes sobre esta operação estão descritos na Nota Explicativa nº 13.
- ▶ R\$6.050 referem-se ao montante reservado para a realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro, de acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Aditivo.

## 5. Créditos a receber

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/03/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Circulante				
Venda de passagens (a)	<b>6.182</b>	9.824	<b>6.182</b>	9.824
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	<b>2.626</b>	2.583	<b>2.626</b>	2.583
Outros títulos a receber	<b>97</b>	86	<b>97</b>	86
Menos: provisão para créditos duvidosos	<b>(1.907)</b>	(5.743)	<b>(1.907)</b>	(5.743)
<b>Créditos a receber circulante – líquido</b>	<b>6.998</b>	6.750	<b>6.998</b>	6.750
Não circulante				
Estado do Rio de Janeiro				
Gratuidades a compensar (c)	<b>3.653</b>	4.043	<b>3.653</b>	4.043
<b>Créditos a receber não circulante</b>	<b>3.653</b>	4.043	<b>3.653</b>	4.043

Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Receita de passagens a prazo a clientes corporativos, receita em custódia da transportadora de valores e receita na bilheteria a recolher;
- (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios); e
- (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

### Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/03/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Saldo no início do trimestre	(5.743)	(7.546)	(5.743)	(7.546)
Adições	(133)	(2.784)	(133)	(2.784)
Reversão	3.969	-	3.969	-
Valores recuperados	-	4.587	-	4.587
<b>Saldo no fim do trimestre</b>	<b>(1.907)</b>	<b>(5.743)</b>	<b>(1.907)</b>	<b>(5.743)</b>

## 5. Créditos a receber--Continuação

### Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Artigo 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento.

Em outubro e novembro de 2009 e janeiro de 2010, a Companhia compensou ICMS incidentes sobre consumo de energia elétrica, no montante de R\$ 391.

A Companhia recebeu o montante de R\$588 referentes à gratuidade estudantil em 2010 e R\$538 no primeiro trimestre de 2011.

## 6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Materiais auxiliares e de manutenção e bilhetes	<b>11.149</b>	8.901	<b>11.149</b>	8.901
Adiantamento a fornecedores	<b>1.285</b>	1.268	<b>1.285</b>	1.268
Importações em andamento	<b>3.512</b>	4.010	<b>3.512</b>	4.010
Total	<b>15.946</b>	14.179	<b>15.946</b>	14.179

## 7. Impostos a recuperar e diferidos, taxas e contribuições

### a) Impostos a recuperar - circulante

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/03/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
ISS e ICMS	<b>316</b>	316	<b>316</b>	316
IRRF sobre aplicações financeiras	<b>6.221</b>	5.922	<b>6.221</b>	5.922
Imposto de renda e contribuição social antecipado	<b>391</b>	391	<b>391</b>	391
Outros	<b>397</b>	401	<b>397</b>	401
<b>Total</b>	<b>7.325</b>	7.030	<b>7.325</b>	7.030

### b) Impostos, taxas e contribuições a pagar - circulante

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/03/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Imposto de renda e contribuição social	-	1	-	1
PIS e COFINS	<b>1.349</b>	1.502	<b>1.349</b>	1.502
ISS	<b>872</b>	994	<b>872</b>	994
ICMS	<b>67</b>	318	<b>67</b>	318
Imposto de renda retido na fonte	<b>450</b>	673	<b>450</b>	673
Taxa AGETRANSP-RJ	<b>461</b>	441	<b>461</b>	441
Contribuições retidas	<b>659</b>	717	<b>659</b>	717
Outros	<b>205</b>	207	<b>205</b>	207
<b>Total</b>	<b>4.063</b>	4.853	<b>4.063</b>	4.853

### Parcelamento de Impostos Municipais - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

Em 30 de novembro de 2005, a Companhia efetuou pedido de parcelamento junto à Secretaria Municipal de Fazenda em até 60 meses referente ao Auto de Infração, tendo o mesmo sido aprovado. O parcelamento foi atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-Especial ("IPCA-E"). O parcelamento foi quitado em novembro de 2010.

## 7. Impostos a recuperar e diferidos, taxas e contribuições--Continuação

### c) Impostos, taxas e contribuições a pagar - Não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
Imposto de renda e contribuição social	<b>1.447</b>	1.400	<b>1.447</b>	1.400
PIS e COFINS	<b>182</b>	157	<b>182</b>	157
Total	<b>1.629</b>	1.557	<b>1.629</b>	1.557

### d) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Se houver fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, essas projeções serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

Natureza	31/03/2011	31/12/2010	Fundamento para realização
Prejuízo fiscal	<b>25.367</b>	18.247	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com prejuízo fiscal.
Base negativa de contribuição social	<b>9.151</b>	6.586	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com base negativa de contribuição social.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>648</b>	1.953	Realização pelo recebimento ou efetivação da perda, ou ainda pela aquisição de dedutibilidade face ao ajuizamento da cobrança e prazo de vencido maior que 2 anos.
Provisão para contingências	<b>5.157</b>	4.589	Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável).
Excesso amortização outorga suplementar	<b>10.121</b>	8.158	Expectativa de realização conforme pagamento da outorga suplementar.
Outros	<b>(2.869)</b>	(2.595)	
	<b>47.575</b>	36.938	

## 7. Impostos a recuperar e diferidos, taxas e contribuições--Continuação

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme demonstrado a seguir:

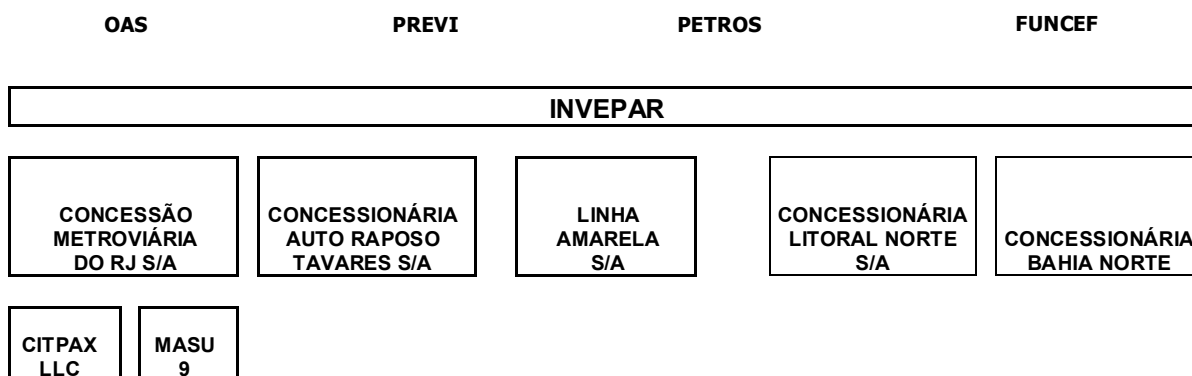
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
2013	8.303	8.303	8.303	8.303
2014	7.506	7.506	7.506	7.506
2015	10.814	10.814	10.814	10.814
2016	14.480	10.315	14.480	10.315
2017	6.472	-	6.472	-
Total	47.575	36.938	47.575	36.938

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(31.030)	(17.543)	(31.030)	(17.543)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	10.550	5.965	10.550	5.965
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do exercício:				
Adições permanentes -	(893)	(413)	(893)	(413)
Exclusões permanentes -	22	395	22	395
Outros	911	158	911	158
Imposto de renda e contribuição social diferido	10.590	6.105	10.590	6.105

## 8. Partes relacionadas

A Companhia é integrante do Grupo Invepar que tem a seguinte composição:



As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações trimestrais. Em relação aos mútuos da Companhia com suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade de caixa destas sociedades para o funcionamento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros descritos abaixo.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembléias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

### Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, previdência privada, assistência médica e dentária, no montante de R\$4.159 no ano de 2010 (R\$404 no ano de 2009).

	1º trimestre de 2011			1º trimestre de 2010		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Pró-labore	575	-	575	816	11	827
Encargos	115	-	115	140	3	143
Benefícios	24	-	24	74	-	74
	<b>714</b>	<b>-</b>	<b>714</b>	<b>1.030</b>	<b>14</b>	<b>1.044</b>

## 8. Partes relacionadas--Continuação

### Contrato de mútuo

Em 2010 e 2011 foram celebrados contratos de mútuos com a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (CART) com as características descritas abaixo:

<b>Nome da parte relacionada</b>	<b>CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.</b>
<b>Objeto do contrato</b>	Empréstimo
<b>Garantias e seguros relacionados</b>	Não há garantias
<b>Condições de rescisão ou extinção</b>	Poderá ser rescindido pelas partes no caso de inadimplemento de qualquer obrigação ou por acordo forma entre as partes
<b>Natureza e razões para a operação</b>	(i) Empréstimo "ponte" até liberação de financiamento contratado pela mutuaría

Empréstimos nos montantes de R\$45.000 e R\$ 35.000, concedidos em 25 de março e 31 de março de 2010, respectivamente, com encargos financeiros à taxa 125% do CDI, foram quitados em 25 de abril de 2010.

Em 14 de outubro de 2009, a coligada CART firmou contrato de mútuo com a Companhia no montante de R\$70.000. Este contrato possuía o vencimento em 11 de fevereiro de 2010, com encargos financeiros à taxa 130% do CDI. Em 29 de dezembro de 2009, a coligada CART antecipou o pagamento de R\$ 40.000, e no primeiro trimestre de 2010 quitou o empréstimo.

Em 24 de janeiro de 2011, a coligada CART firmou contrato de mútuo com a Companhia no montante de R\$7.000. Este contrato possuía o vencimento em dez dias, com encargos financeiros à taxa 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,2% a.m. calculados *pro rata die*. O contrato foi totalmente quitado em 2 de fevereiro de 2011.

O valor total de receita financeira dos contratos acima mencionados montam R\$ 25 no primeiro trimestre de 2011 (R\$ 445 no primeiro trimestre de 2010).

### Debêntures

Conforme descrito na Nota Explicativa 12, em 15 de março de 2010 a Companhia efetuou emissão privada de debêntures, que foram integralmente subscritas por seu acionista controlador.

### Contas a pagar

A Companhia possui um contas a pagar para a sua controladora no valor de R\$767, referentes a despesa paga pela holding que serão reembolsadas pela Companhia em 2011.

## Serviços

A Companhia firmou contrato de empreitada em regime de preço global com a Construtora OAS Ltda. para a execução de obras de implantação da futura estação metroviária Uruguai.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 24 meses, é o de empreitada global, e o preço acordado entre as partes foi de R\$147.563, devendo os pagamentos serem realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços apurada mensalmente.

## 9. Imobilizado

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Controladora e Consolidado				Saldo em 31/03/2011
		Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Transferências	
<b>Imobilizado</b>						
Benfeitorias em prédios de terceiros	11,48%	2.290	720	-	665	3.675
Benfeitorias em instalações, máquinas, veículos e equipamentos de terceiros	12,60%	171.531	899	-	3.192	175.622
Máquinas e equipamentos	12,60%	18.786	441	-	71-	19.298
Móveis e utensílios	10%	6.510	70	-	(280)	6.300
Veículos	20%	2.400	4	-	-	2.404
Equipamentos de computação	20%	4.696	408	-	-	5.104
Sistemas aplicativos de software	20%	1.955	-	-	-	1.955
Imobilizado em andamento		21.079	89	-	-	21.168
Peças sobressalentes		12.278	3.542	-	(3.648)	12.172
Adiantamento a fornecedores		1.316	11	-	-	1.327
<b>Imobilizado bruto</b>		<b>242.841</b>	<b>6.184</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>249.025</b>
Benfeitorias em prédios de terceiros		(675)	(38)	-	-	(713)
Benfeitorias em instalações, máquinas, veículos e equipamentos de terceiros		(70.134)	(3.860)	-	-	(73.994)
Máquinas e equipamentos		(6.228)	(391)	-	-	(6.619)
Móveis e utensílios		(2.866)	(103)	-	-	(2.969)
Veículos		(1.385)	(52)	-	-	(1.437)
Equipamentos de computação		(3.736)	(368)	-	-	(4.104)
Sistemas aplicativos de software		(1.301)	(52)	-	-	(1.353)
<b>Depreciação acumulada</b>		<b>(86.325)</b>	<b>(4.864)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(91.189)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>156.516</b>				<b>157.836</b>

Os investimentos em imobilizado da Companhia consistem essencialmente na aquisição de bens e serviços necessários a realização da operação, benfeitorias no material rodante (carros metrô), nas estruturas das vias, nas estações, no Centro de Manutenção, no Centro de Controle Operacional e na aquisição de equipamentos de tecnologia da informação.

De acordo com o CPC01/IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

## 10. Intangível

	Controladora e Consolidado			Saldo em 31/03/2011
	Saldo em 31/12/10	Adições	Perdas	
Concessão de serviços públicos				
Outorga principal (até janeiro de 2018) (a)	311.389	-	-	311.389
Outorga suplementar (até janeiro de 2018) (b)	162.940	-	-	162.940
Outorga principal e suplementar (2018-2038) (c)	738.592	22.568	-	761.160
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (d)	932.843	-	-	932.843
Direito de software	5.111	251	-	5.362
Outros	14	-	-	14
<b>Total intangível bruto</b>	<b>2.150.889</b>	<b>22.819</b>	<b>-</b>	<b>2.173.708</b>
Outorga principal (até janeiro de 2018)	(158.777)	(3.979)	-	(162.756)
Outorga suplementar (até janeiro de 2018)	(29.166)	(824)	-	(29.990)
Outorga principal e suplementar (2018-2038) (c)	(26.505)	(4.132)	-	(30.637)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(56.405)	(7.932)	-	(64.337)
Direito de software	(2.881)	-	-	(2.881)
<b>Amortização acumulada (e)</b>	<b>(273.734)</b>	<b>(16.867)</b>	<b>-</b>	<b>(290.601)</b>
<b>Total intangível líquido</b>	<b>1.877.155</b>			<b>1.883.107</b>

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

(a) Decorrente do direito de outorga principal para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018):

O montante contabilizado referente ao Ativo intangível - Outorga principal, de R\$311.389, é referente ao direito da Outorga principal de exploração da Concessão para o período até 27 de janeiro de 2018. Para mais informações, vide Nota Explicativa nº 13.

(b) Decorrente do direito de outorga suplementar para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018):

O montante contabilizado referente ao Ativo intangível - Outorga suplementar, de R\$162.940, é referente ao direito da Outorga suplementar de exploração da Concessão para o período até 27 de janeiro de 2018.

(c) Decorrente do direito de outorga principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038):

Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 13, através do Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível.

## 10. Intangível--Continuação

### (d) Concessão (decorrente de aquisição de controle)

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do Metrô Rio. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

### (e) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de dias restantes para o final do período (até 27 de janeiro de 2038). O valor é registrado na conta de Despesa de amortização da concessão, no custo com receitas de passagens e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no Ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

### (f) Provisão para redução do valor recuperável de ativos

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado representativo dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento de suas operações.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, considerando se tratar de ativos intangíveis com prazo de vida útil definida.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxas de desconto que variam de 12,8 % a 16,9% ao ano.

## 10. Intangível--Continuação

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas – As receitas foram projetadas entre 2011 e 2015 considerando o crescimento da base de usuários.
- Custos e despesas operacionais – Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- Investimentos de capital – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no trimestre findo em 31 de março de 2011, visto que o valor estimado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

## 11. Investimentos

Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu uma empresa inoperante MASU 9 visando ter a sua disposição uma subsidiária para desenvolver atividades acessórias, nos termos do Parágrafo 7º, da Cláusula 8ª do Contrato. A empresa MASU9 Participações Ltda, é uma subsidiária integral da companhia, que possui 99,95% do Capital social da investida que totalizada R\$2 , totalmente subscrito e integralizado, e que está dividido em 2.000 (duas mil) quotas com valor nominal de R\$1,00 (um) real cada uma. A referida empresa continua inoperante, não gera receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros.

O ativo, passivo da controlada em milhares de Reais em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão abaixo demonstrados:

	Masu 9	
	31/03/2011	31/12/2010
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	2	2
Total do ativo	2	2
Passivo e Patrimônio Líquido		
Capital social	2	2
Total do passivo e patrimônio líquido	2	2

## 11. Investimentos--Continuação

Em 10 de outubro de 2008, a Companhia constituiu subsidiária no exterior Citpax LLC, com participação integral no capital, com o objetivo de: (a) promover no exterior a marca da Companhia; (b) coordenar esforços para a exploração, via subsidiária, de serviços de transporte urbano de passageiros no exterior; (c) buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia; e (d) servir como um centro de supervisão para eventuais transferências de tecnologia e serviços contratados junto a prestadores de serviços sediados no exterior. O capital social da investida é de US\$8,200 (oito milhões e duzentos mil) dólares, totalmente integralizados. A Citpax é considerada uma filial da Companhia por não possuir corpo gerencial próprio, autonomia administrativa, não contratar operações próprias, utilizar a moeda do Metrô Rio como moeda funcional, e funcionar, na essência, como extensão das atividades do Metrô Rio.

	Citpax	
	31/03/2011	31/12/2010
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	7.620	8.849
Adiantamento a fornecedores	6.572	5.723
Outros	165	135
Total do ativo	14.357	14.707
Passivo		
Contas a pagar Metrô Rio	3.369	3.369
Outras contas a pagar	448	458
	3.817	3.827
Patrimônio líquido		
Capital social	15.349	15.349
Prejuízos acumulados	(4.809)	(4.469)
	10.540	10.880
Total do passivo e patrimônio líquido	14.357	14.707

## 12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de março de 2011, o saldo de empréstimos e financiamentos estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado	
					31/03/2011	31/12/2010
BNDDES Direto 1	TJLP	2,02% a.a.	15/05/2015	9,81%	<b>26.263</b>	27.838
BNDDES Direto 2	TJLP	1,92% a.a.	15/02/2017	10,24%	<b>42.199</b>	43.057
BNDDES Direto 3						
Subcrédito "A"	TJLP	1,72% a.a.	15/10/2024	8,77%	<b>269.817</b>	269.677
Subcrédito "C"	TJLP	1,72% a.a.	15/09/2024	8,77%	<b>29.738</b>	29.941
FINEP						
Subcrédito "A"	TJLP	5,25% a.a.	15/01/2018	7,21%	<b>9.711</b>	9.709
Subcrédito "B"	TJLP	8,25% a.a.	15/01/2018	7,21%	<b>10.101</b>	10.104
Financiamento Importação Calyon	USD	3,44% a.a.	02/11/2016	4,45%	<b>8.434</b>	8.553
Nota promissória						
Banco do Brasil	DI	100% + 0,95%	07/09/2011	12,99%	<b>85.567</b>	-
Banco Bradesco	DI	100% + 0,95%	07/09/2011	12,99%	<b>85.567</b>	-
Banco Votorantim 1ª série	DI	122%	12/03/2011	13,92%	-	31.137
Banco Itaú BBA 1ª série	DI	122%	12/03/2011	13,92%	-	83.031
Banco Bradesco 1ª série	DI	122%	12/03/2011	13,92%	-	51.894
Total					<b>567.397</b>	564.941
Taxa efetiva					<b>(2.011)</b>	(2.000)
Parcelas de curto prazo					<b>(211.408)</b>	(206.312)
Parcelas de longo prazo					<b>353.978</b>	356.629

Composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

2012	<b>22.907</b>
2013	<b>33.319</b>
2014	<b>35.340</b>
2015	<b>35.341</b>
2016	<b>35.341</b>
2017	<b>28.000</b>
2018-2024	<b>163.730</b>
	<b>353.978</b>

## 12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

### BNDES

Em 07 de maio de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES (“BNDES Direto 1”), no montante total de R\$34.314, bem como da respectiva garantia, em consonância com a Decisão nº 170/2008, de 11 de março de 2008, da Diretoria do colegiado do BNDES. O crédito será posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. Em 23 de junho de 2010, foi desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$1.170, perfazendo o total da linha de crédito.

A amortização do principal do financiamento acima referido será feita em 66 prestações mensais e sucessivas entre 15 de dezembro de 2009 e 15 de maio de 2015.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de maio de 2008 e 15 de novembro de 2009 e, serão pagos mensalmente, no período de amortização.

Em 6 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES (“BNDES Direto 2”), no montante de R\$52.166, bem como da respectiva garantia, em consonância com a Decisão nº 913/2008, de 28 de outubro de 2008, da Diretoria do colegiado do BNDES. Até 31 de março de 2011, havia sido desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$42.643.

A amortização do principal do financiamento acima referido é feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de março de 2011 e 15 de fevereiro de 2017.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,92% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de fevereiro de 2009 e 15 de março de 2011, e serão pagos mensalmente, no período de amortização.

## 12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

### BNDES--Continuação

Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES ("BNDES Direto 3"), o montante total de crédito posto à disposição da Companhia foi de R\$422.410, divididos em três subcréditos: "A" (R\$343.214), "B" (R\$3.200) e "C" (R\$75.996), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI. Até 31 de março de 2011, havia sido desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$295.435 (sendo R\$265.795 do subcrédito "A" e R\$29.640 do subcrédito "C").

A amortização do principal do subcrédito "A" será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "A" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros serão pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e mensalmente no período de amortização.

A amortização do principal do subcrédito "B" será feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de novembro de 2011 e 15 de outubro de 2017. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirá a TJLP. Os juros serão pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de outubro de 2011, e mensalmente no período de amortização.

A amortização do principal do subcrédito "C" será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros serão pagos trimestralmente entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2013, e mensalmente no período de amortização.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto 1, BNDES Direto 2 e BNDES Direto 3 são as seguintes:

- ▶ Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$19.906, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA.
- ▶ Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$6.635, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.

## 12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

### BNDES--Continuação

- ▶ Constituir penhor em favor do BNDES, em 1º grau para BNDES Direto 1, em 2º grau para o BNDES Direto 2 e em 3º grau para o BNDES Direto 3, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:
  - (a) Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
  - (b) Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia.
  - (c) Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato.

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição não foi violada. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Tanto para o contrato BNDES Direto 1 quanto para o contrato BNDES Direto 2, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2. Em função das disposições do item 74 do CPC 26, a Companhia reclassificou o montante passivo de R\$ 19.891 mil, referente a um financiamento contratado junto ao BNDES, de não circulante para circulante.

## 12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

### Financiamento importação

Em 26 de dezembro de 2008 a Companhia firmou um contrato de financiamento de importação junto ao Banco Calyon para cobrir até 85% das importações de equipamentos para o projeto de implantação de um sistema de sinalização ATP (*Automatic Train Protection*), objeto do contrato firmado com a GE Transportation Systems SPA. O financiamento contratado monta ao equivalente em dólares norte-americanos a até EUR 4.368, e terá atualização pela variação cambial e juros de 3,44% ao ano. A liberação dos recursos é feita pelo Banco Calyon diretamente ao fornecedor no exterior, à medida que os equipamentos são embarcados. A amortização do principal será realizada em dólar e em 14 parcelas semi-anuais consecutivas, vencendo a primeira 6 meses após a liberação realizada pelo banco ao fornecedor, juntamente com o juros acumulado até essa data. O primeiro pagamento ao fornecedor no exterior foi realizado em setembro de 2009, no montante de USD 3.225, o segundo pagamento foi realizado em outubro de 2009, no montante de USD 2.731.

Em 26 de janeiro de 2010, a Companhia contratou junto ao HSBC Bank Brasil S.A., um financiamento importação (FINIMP) para pagamento ao fornecedor Vossloh Cogifer, no montante de EUR 525. Sobre o principal da dívida incidem juros de 0,9% a.a. mais a Libor. Os juros serão amortizados em parcela única juntamente com o principal da dívida na data de vencimento do contrato, 23 de julho de 2010, data na qual o financiamento foi totalmente liquidado.

Em 14 de maio de 2010, a Companhia contratou junto ao HSBC Bank Brasil S.A., um financiamento importação (FINIMP) para pagamento ao fornecedor Voestalpine BWG, no montante de EUR 612. Sobre o principal da dívida incidem juros de 0,7% a.a. mais a Libor. Os juros serão amortizados em parcela única juntamente com o principal da dívida na data de vencimento do contrato, 10 de novembro de 2010, data na qual o financiamento foi totalmente liquidado.

## 12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

### Notas promissórias

Em 15 de março de 2010, a Companhia emitiu Notas Promissórias coordenadas pelos bancos Itaú BBA, Bradesco e Votorantim no montante de R\$390.000. Na data em questão, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas.

Estes títulos foram remunerados em 125% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) e tinham prazo de até 180 dias (cento e oitenta) dias contados da data de emissão, vencendo em 11 de setembro de 2010. As Notas Promissórias foram liquidadas em 13 de setembro de 2010.

Em 13 de setembro de 2010, a Companhia emitiu Notas Promissórias no montante de R\$390.000, coordenadas pelos bancos relacionados abaixo. Na data em questão, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas.

<u>Bancos</u>	<u>Montante</u>	<u>Vencimento</u>
Banco Votorantim 1ª série	30.000	12/03/2011
Banco Votorantim 2ª série	45.000	12/12/2010
Banco Itaú BBA 1ª série	80.000	12/03/2011
Banco Itaú BBA 2ª série	80.000	12/12/2010
Banco Bradesco 1ª série	50.000	12/03/2011
Banco Bradesco 2ª série	45.000	12/12/2010
Banco do Brasil	60.000	12/12/2010
Total	390.000	

Estes títulos fizeram jus à remuneração de 122% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) e têm prazo de vencimento demonstrado no quadro acima. As Notas Promissórias emitidas em 13 de setembro de 2010, foram liquidadas, na data do vencimento.

Em 11 de março de 2011, a Companhia emitiu Notas Promissórias coordenadas pelos bancos BB-Banco de Investimento S.A. e Bradesco BBI S.A. no montante de R\$170.000. Na data em questão, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas.

Estes títulos farão jus a remuneração de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescida de *spread* de 0,95% a.a., com vencimento em 07 de setembro de 2011.

### FINEP

Em 27 de agosto de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto à FINEP, em consonância com a Decisão nº 0102/09 da *Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP*, no montante total de R\$21.500, divididos em subcréditos “A” (R\$10.452) e “B” (R\$11.048). O crédito será posto à disposição da Companhia em quatro parcelas, à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. Até 31 de março de 2011, havia sido creditado pela FINEP à Companhia o montante de R\$19.760 (sendo R\$9.689 do subcrédito “A” e R\$10.071 do subcrédito “B”).

## 12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

A amortização será feita em 81 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2011 e 15 de janeiro de 2018. Sobre o principal da dívida dos subcréditos “A” e “B” incidirão juros de 5,25% a.a. e 8,25% a.a. respectivamente.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES “2” e “3”, FINEP e Calyon foram capitalizados obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O montante capitalizado no primeiro trimestre de 2011 foi de R\$1.606 (R\$1.601 no quarto trimestre de 2010).

### Debêntures

Em 15 de março de 2010, foram subscritas 10 debêntures, conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 45.000 (quarenta e cinco milhões reais), perfazendo o valor total de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões reais).

A oferta pública de colocação de debêntures foi aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária em 15 de março de 2010. Os recursos provenientes da emissão de debêntures serão utilizados na execução de seu plano de investimentos e expansão.

As principais características das debêntures são:

Quantidade:	10 debêntures simples
Valor nominal unitário:	R\$ 45.000
Data de emissão:	15 de março de 2010
Data de vencimento:	15 de março de 2020 (parcela única)
Remuneração:	IPCA + 9,75% a.a
Pagamento de juros:	Anual

Até 31 de março de 2011 os juros e atualização monetária das debêntures emitidas totalizavam R\$31.093, sendo que R\$30.490 estavam registrados no passivo não circulante e R\$603 no passivo circulante.

As debêntures poderão ser convertidas em ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da emissora a qualquer tempo, desde a data de Emissão até a data de vencimento.

As bases da conversão (i) deverão respeitar a proporção de ações ordinárias e preferenciais em que o capital social da Emissora estiver dividido à época da conversão; (ii) deverão respeitar a proporção em que as classes de ações ordinárias e/ou preferenciais estiverem divididas à época da conversão e (iii) serão calculadas tendo-se como parâmetro o valor do patrimônio líquido da ação, nos termos da fórmula abaixo:

$$N^{\circ} \text{ de ações} = \text{Valor nominal Unitário Atualizado} / \text{Valor Patrimonial da ação}$$

## 12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Onde:

Nº de ações: Número de ações em que cada Debênture poderá ser convertida, respeitando-se a proporção entre ações ordinárias e preferenciais de diferentes classes, se for o caso.

Valor Nominal Unitário Atualizado: Valor nominal Unitário de cada Debênture, atualizado e remunerado *pro rata temporis* até o dia útil imediatamente anterior à data da conversão.

Valor Patrimonial da Ação: Valor patrimonial da ação estabelecido em conformidade com o patrimônio líquido constante das demonstrações financeiras do exercício social imediatamente anterior à data da conversão.

### **Avaliação de conversão futuras:**

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures, em 31 de março de 2011 foi feita a avaliação por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação e demais variáveis previstas na escritura de debêntures na data de encerramento das informações trimestrais. A administração concluiu ser nulo o valor justo das opções, em função que a conversão das debêntures em ações não se mostra ideal. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa do valor justo poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

### **Cláusulas financeiras restritivas:**

A escritura de emissão das debêntures prevêem que caso a Controladora não cumpra com a manutenção de seus índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, poderá declarar antecipadamente a dívida. Os índices de endividamento e cobertura de juros são os seguintes: (i) Dívida Líquida / Capitalização Total da Invepar inferior ou igual a 70%; (ii) Dívida Líquida / Patrimônio Líquido da Invepar inferior a 1,5; (iii) Dívida Líquida / LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da LAMSA inferior ou igual a 2,0; e (iv) Dívida Líquida / LAJIDA (consolidados) inferior ou igual a 5,8 em 2010, inferior ou igual a 5,0 entre 2011 e 2014, e inferior ou igual a 3,5 entre 2015 e 2020. Em 31 de março de 2011 estes índices foram observados.

### 13. Concessão de serviço público

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2011</b>	31/12/2010	<b>31/03/2011</b>	31/12/2010
Circulante				
Outorga principal (a)	<b>85.663</b>	65.387	<b>85.663</b>	65.387
Outorga principal e suplementar (c)	<b>77.097</b>	58.849	<b>77.097</b>	58.849
	<b>162.760</b>	124.236	<b>162.760</b>	124.236
Não circulante				
Outorga principal (a)	<b>83.065</b>	105.404	<b>83.065</b>	105.404
Outorga suplementar (b)	<b>75.564</b>	79.113	<b>75.564</b>	79.113
Outorga principal e suplementar (c)	<b>74.759</b>	94.865	<b>74.759</b>	94.865
	<b>233.388</b>	279.382	<b>233.388</b>	279.382

### 13. Concessão de serviço público--Continuação

- a) Compromisso decorrente do direito de Outorga principal para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018)

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos.

Com base no Aditivo, o saldo de R\$168.728 será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018.

A distribuição deste compromisso, atualizado até 31 de março de 2011 está assim programada:

2011	<b>64.491</b>
2012	<b>104.237</b>
	<hr/>
Total	<b>168.728</b>

- b) Compromisso decorrente do direito de Outorga suplementar para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018)

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de março de 2011, o Metrô Rio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório.

### **13. Concessão de serviço público--Continuação**

- b) Compromisso decorrente do direito de Outorga suplementar para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018)--Continuação

A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ. Em 31 de março de 2011, esse compromisso somava R\$75.564 (R\$79.113 em 31 de dezembro de 2010), líquido do montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente, no valor total de R\$45.696 (R\$44.562 em 31 de dezembro de 2010). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem. Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

No 1º trimestre de 2011, o valor total da Outorga suplementar pago e/ou compensado através de depósitos judiciais totalizou R\$4.709 (R\$1.942 no 1º trimestre de 2010).

- c) Compromisso decorrente do direito de Outorga principal e suplementar para o segundo período de concessão (entre 28 de janeiro de 2018 e 27 de janeiro de 2038)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai, até 31 de dezembro de 2014; (ii) à aquisição de novos trens; e (iii) à modernização das operações. Em 31 de março de 2011, os investimentos previstos no Aditivo estavam estimados entre R\$900.000 e R\$1.200.000, e deverão sofrer alterações à medida que os projetos executivos forem sendo definidos e obtidas as cotações definitivas de preços dos diversos componentes.

No 1º trimestre de 2011, o valor investido totalizou R\$22.568 (R\$35.140 no 1º trimestre de 2010).

### 13. Concessão de serviço público--Continuação

Os gastos com a infra-estrutura da concessão são contabilizados conforme o CPC 17- contratos de construção, ou seja, todo gasto com infra-estrutura da concessão é contabilizado como custo da construção na DRE e é apurada uma receita de construção com uma margem, que no caso, como há terceirização da obra, a margem é apurada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Esta receita de construção tem como contrapartida o intangível.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia nos trimestres estão demonstrados abaixo:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Receita de construção	20.453	14.531
Custo de construção	(19.931)	(14.048)

#### d) Bens Reversíveis

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito.

A Companhia apresenta no quadro abaixo a composição dos Bens Reversíveis, existentes em 31 de março de 2011.

Imobilizado da Concessão	
Veículos	121
Equipamentos	227.903
Ferramentas	854
Móveis e utensílios	607.104
Almoxarifado	26.799
Equipamentos de processamento de dados	714
Equipamentos de telecomunicações	522
Imóveis	<u>5.229.910</u>
Total	<u><u>6.093.927</u></u>

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

## 14. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

### Provisões para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
Cíveis	8.048	7.112
Trabalhistas	6.936	6.202
Tributárias	183	183
	<b>15.167</b>	<b>13.497</b>

### Movimentação das provisões no trimestre

	Saldo Inicial (31/12/2010)	Provisões efetuadas / Atualização monetária	Reversões/ Pagamentos	Saldo Final (31/03/2011)
Cíveis	7.112	1.051	(115)	8.048
Trabalhistas	6.202	737	(3)	6.936
Tributárias	183	-	-	183
Total	<b>13.497</b>	<b>1.788</b>	<b>(118)</b>	<b>15.167</b>

#### a) Contingências cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário. Em 31 de março de 2011, existiam 599 processos em andamento (570 processos em 31 de dezembro de 2010).

## **14. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais-- Continuação**

### **b) Contingências trabalhistas**

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. Em 31 de março de 2011, existiam 647 processos em andamento (624 processos em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

### **c) Contingências tributárias**

A Companhia move ação de impugnação ao Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro em 18 de junho de 2003, decorrente da revisão das Declarações de Contribuições e Tributos Federais ("DCTF") do 2º e 4º trimestre de 1998, no montante de R\$1.128.

Baseada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram possível a probabilidade de êxito deste processo, a Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para contingência para esse processo.

A Companhia efetuou provisão, no montante de R\$183, relativa ao Auto de Infração lavrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), em 27 de junho de 2002, decorrente da revisão da Guia de Fundos e Informações Previdenciárias ("GFIP") do período de 1º de janeiro a agosto de 1999.

A Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende que a provisão registrada é suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisão desfavorável.

A Companhia interpôs Ação Anulatória de Débito Fiscal contra o INSS, cujo objeto é a anulação de autuação por aquela autarquia em virtude de divergência de base de cálculo, na ordem de R\$1.644 (novembro de 2001), já tendo sido efetuado o depósito judicial para garantia do juízo. O processo aguarda início da perícia judicial.

## **14. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais-- Continuação**

### **Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação**

#### d) Depósitos recursais

Em 31 de março de 2011, a Companhia possuía R\$14.891 em depósitos recursais (R\$13.618 em 31 de dezembro de 2010). Este montante é atualizado monetariamente.

#### e) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens. O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros para o ano findo em 31 de março de 2011 é de aproximadamente R\$25.610, sendo todas de natureza trabalhista.

Em 31 de março de 2011, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$10.586 (R\$10.165 em 31 de dezembro de 2010).

#### f) Jurisprudência - sucessão

Em 20 de abril de 2005, foi divulgado no Diário de Justiça Orientação Jurisprudencial nº 225, proveniente do Tribunal Superior do Trabalho - TST, que estabelece para os contratos de trabalho extintos antes da vigência da Concessão, que a responsabilidade pelos direitos dos trabalhadores é exclusivamente da empresa que os empregava antes da assinatura do Contrato de Concessão. Esta orientação está em conformidade com o entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos.

## **14. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais-- Continuação**

### **Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação--Continuação**

#### f) Jurisprudência - sucessão--Continuação

Em julgamento encerrado no dia 26 de junho de 2007, a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ deu provimento ao recurso interposto pela Companhia para reformar um acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que responsabilizou a Companhia pelas dívidas contraídas pela CMRJ anterior a data da celebração do Contrato de Concessão.

A decisão foi no sentido de que a Companhia, concessionária de serviço público por meio de licitação, com investidura originária e não por cessão, não deve responder por danos causados pela antiga operadora. Neste caso, não se trata de sucessão empresarial, pois a CMRJ, sociedade de economia mista, foi fracionada, mas não se extinguiu, continuando a coexistir com a RIOTRILHOS. Por fim, foi decidido ainda que no caso de insolvência da CMRJ, cabe ao Estado do Rio de Janeiro responder subsidiariamente pelas obrigações.

Tendo em vista a jurisprudência, bem como o fato de que quaisquer perdas decorrentes dessas questões devem ser ressarcidas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro conforme previsto na Cláusula 22ª do Aditivo, a Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que não há necessidade de reconhecimento de provisão para contingência correspondente a este assunto.

#### g) Termo de compromisso de ajustamento de conduta - TAC

Em 30 de março de 2010, a Companhia firmou acordo junto ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, através da assinatura do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC, nos autos do processo judicial, onde a Companhia responde por reclamações feitas por usuários do serviço quando do início de operação do trecho denominado Linha 1A.

Neste termo a Companhia se comprometeu a efetuar depósito judicial, no montante de R\$1.000 (valor já depositado judicialmente), a ser feito em período de até 120 dias, pelo prazo de até 02 (dois) anos, como garantia a todo e qualquer dano material e ou moral que venha a ser reclamado.

A Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende que não existe a necessidade de ser constituída provisão para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisão desfavorável.

## 15. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Em decorrência do Contrato de Concessão, a Concessionária absorveu alguns funcionários da antiga operadora dos serviços, os quais estavam vinculados a um plano de previdência instituído na REFER (Fundação Rede Ferroviária Federal) patrocinado por aquela empresa. As disposições do Contrato de Concessão, em sua Cláusula 24<sup>a</sup>, facultaram à Companhia instituir seu plano de previdência privada em outra entidade de previdência.

Em 13 de agosto de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, aprovou o novo plano de previdência patrocinado pelo Metrô Rio (Multipensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada ou o "Plano"). De acordo com o regulamento deste Plano, a Companhia (patrocinadora) efetua uma contribuição complementar sobre a Contribuição Básica do empregado (participante) obedecendo às seguintes condições:

- a) Para os funcionários que ingressaram no Plano até 17 de fevereiro de 1999, contribui com 120% da sua Contribuição Básica.
- b) Para os funcionários que aderiram após o prazo definido acima, contribui com os seguintes percentuais: 0 a 9 anos de tempo de serviço - 100%; 10 a 19 anos de tempo de serviço - 110%; 20 anos ou mais - 120%.
- c) A contribuição total relativa aos itens **(a)** e **(b)** acima está limitada a 6% do salário de contribuição do participante.
- d) Ao empregado ainda é facultado efetuar contribuições voluntárias de valores variáveis, sobre as quais a patrocinadora não possui qualquer obrigação.

A Companhia efetuou o levantamento atuarial para o ano de 2010, em conformidade com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009.

A Companhia vem adotando o procedimento padrão constante dos itens 92 e 93 da referida Deliberação. Isto é, a parcela de (ganhos) perdas acumulada excedente a 10% do maior valor entre o valor presente da obrigação atuarial total e o valor justo dos ativos do plano, amortizada pelo prazo correspondente ao tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano. O valor assim calculado compõe a despesa anual prevista para o exercício subsequente.

A taxa de retorno esperado dos Ativos foi determinada pela Administração da Companhia em conjunto com o gestor de investimentos, com base nas expectativas de rentabilidade de longo prazo para cada categoria de ativo dos planos de benefícios, as quais foram fornecidas pelos gestores do plano.

## 16. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2008, o capital social subscrito da Companhia era de R\$1, representado por 1.000 ações ordinárias.

Em 6 de março de 2009, a Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 6 de março de 2009 subscreveu capital na Megapar, hoje Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (Metrô Rio) no montante de R\$649.999, composto em sua totalidade por ações ordinárias, o qual foi integralmente aportado até 27 de março de 2009. Na mesma data a INVEPAR realizou um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, no montante de R\$20.000, cujo prazo máximo para realização é de 360 dias, conforme alteração na cláusula 2.1 do referido contrato, efetuada através do 1º aditivo ao contrato de adiantamento para futuro aumento de capital. Em 26 de março de 2010 foi realizado 2º aditivo ao contrato de adiantamento, prorrogando o prazo por 360 dias.

Em 11 de março de 2011, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$55.000 (cinquenta e cinco milhões de reais), sendo R\$35.000 (trinta e cinco milhões de reais) aportados por sua controladora, Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. – INVEPAR (“INVEPAR”) e R\$20.000 (vinte milhões de reais) vertidos para o capital da Companhia, nos termos do “*Contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e Outras Avenças*” celebrado em 27 de março de 2009. Foram emitidas 59.288.448 (cinquenta e nove milhões, duzentas e oitenta e oito mil, quatrocentas e quarenta e oito) ações ordinárias ao valor de R\$0,927668061 por ação, com base no patrimônio líquido da Companhia de 30 de setembro de 2010, conforme revisado pelos auditores independentes. A totalidade das ações emitidas foram integralmente subscritas por sua controladora, INVEPAR.

Em 28 de março de 2011, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 15.000 (quinze milhões de reais), mediante a emissão de 16.296.165 (dezesseis milhões duzentas e noventa e seis mil cento e sessenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O preço de emissão das ações foi fixado em R\$ 0,920461989 por ação ordinária, tendo por base o valor de patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2010. A acionista Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. – INVEPAR (“INVEPAR”) manifestou sua intenção de exercer seu direito de preferência e de adquirir eventuais sobras, na forma do art. 171 da Lei nº 6.404/76, de modo que – dada a renúncia ora manifestada por todos os demais acionistas da Companhia aos seus respectivos direitos de preferência para aquisição de novas ações – a INVEPAR subscreveu a totalidade das novas ações ordinárias emitidas.

Em 31 de março de 2011, o capital social é de R\$ 720.000 (setecentos e vinte milhões de reais), dividido em 725.584.613 (setecentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e treze) ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, da acionista INVEPAR.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembléia Geral.

## 17. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
<b>Receitas Financeiras</b>				
Juros ativos	-	5	-	5
Juros s/ aplicações financeiras (a.i)	1.070	2.310	1.070	2.310
Operações de Hedge (a.ii)	850	-	850	-
Varição monetária ativa	1.181	942	1.181	942
Varições cambiais ativas (a.iii)	9.065	1.897	9.065	1.897
Remuneração de clientes	74	-	74	-
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>12.240</b>	<b>5.719</b>	<b>12.240</b>	<b>5.719</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos e financiamentos (b.i)	(33.811)	(18.172)	(33.811)	(18.172)
Comissões e despesas bancárias	(9)	-	(9)	-
Juros passivos (b.ii)	(55)	(3.923)	(55)	(3.923)
Operações de Hedge (b.iii)	(12.441)	-	(12.441)	-
Varição monetária passiva (b.iv)	(3.016)	(3.318)	(3.016)	(3.318)
Ajuste a valor presente	(3.437)	-	(3.437)	-
Varições cambiais passivas (b.v)	(1.936)	(5.616)	(1.936)	(5.616)
Outros	(1.432)	(1.904)	(1.432)	(1.904)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(56.137)</b>	<b>(32.933)</b>	<b>(56.137)</b>	<b>(32.933)</b>
<b>Total</b>	<b>(43.897)</b>	<b>(27.214)</b>	<b>(43.897)</b>	<b>(27.214)</b>

### a) Receitas financeiras

As principais receitas financeiras consistem em: (i) juros sobre aplicações financeiras, listadas na Nota Explicativa nº 5; (ii) ganhos com operação de hedge; e, (iii) variação cambial sobre o montante registrado para a compra dos novos carros metrô.

### b) Despesas financeiras

As principais despesas financeiras consistem em: (i) juros sobre empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, descritos na Nota Explicativa nº 12; (ii) juros incidentes sobre impostos e contas a pagar; (iii) perdas com operação de hedge; (iv) atualização da Concessão de serviços públicos a pagar, descrita na Nota Explicativa nº 14 e os ajustes contábeis necessários quando da apresentação da prestação de contas requerido pela Cláusula 22ª, Parágrafo 17º do Aditivo; e, (v) variação cambial sobre o montante registrado para a compra dos novos carros metrô.

## 18. Seguros

A Companhia, com base na avaliação de seus consultores e administradores, mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 31 de março de 2011, os principais seguros contratados são:

<u>Descrição</u>	<u>LMI</u>
Risco operacional	<b>175.000</b>
Responsabilidade civil geral	<b>20.000</b>
Transporte nacional	<b>4.000</b>
Transporte internacional	<b>814*</b>
<b>Total</b>	<b>199.814</b>

(\*) 500 mil Dólares convertidos a Reais pela taxa de fechamento de 31 de março de 2011.

## **19. Participação dos empregados**

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação vigente, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 2 de abril de 2008, foi aprovada a instituição do Plano de Participação em Lucros e Resultados (“PLR”). Dessa forma, no trimestre findo em 31 de março de 2011, a Administração provisionou R\$1.250 de participação dos empregados nos lucros ou resultados, correspondente 25% da PLR esperada para o exercício de 2011.

## **20. Avais, fianças e garantias**

A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 31 de março de 2011 eram de R\$14.982 (R\$16.890 em 31 de dezembro de 2010), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os processos judiciais gerais; e (iii) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária.

Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos. Mais detalhes sobre estas garantias estão descritos na Nota 13.

## **21. Compromissos e responsabilidades**

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia possui compromisso relativo à contratação de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A. pelo período entre 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui uma segunda obrigação, cujo contrato foi celebrado em 26 de janeiro de 2009, contratada referente ao fornecimento para o período entre 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2020. A segunda obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos: (i) contratação, para o período entre 2011 e 2015, de montante de energia complementar estimado ser suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação de novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai; e (ii) contratação do montante de energia estimado ser suficiente para atender ao consumo total do sistema metroviário a partir do vencimento da primeira obrigação em 31 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2020.

Em 2008, a Companhia, através da Citpax firmou contrato com a MTR Corporation Limited no montante de US\$ 9.000, com vigência até o final de 2012, com o objetivo de buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia e de prestar serviço de consultoria na aquisição de material rodante, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14. Até 31 de março de 2011, a Companhia já efetuou pagamentos no montante total de US\$5.350.

## 22. Instrumentos financeiros

### a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2011 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos, e obrigações com o Poder Concedente.

### a) Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

#### ► Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e derivativos

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras e instrumentos derivativos, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

## 22. Instrumentos financeiros--Continuação

### b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI, as taxas de juros dos financiamentos tomados junto ao BNDES e FINEP estão vinculadas à variação da TJLP, taxa de juros Notas Promissórias estão vinculados à variação da DI (Taxa DI) e taxa de juros da Debênture Conversível está vinculada ao IPCA.

### c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

### d) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 14, considerando-se que os carros serão adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas na Nota Explicativa nº 5 e nº13, a Companhia possui aplicações financeiras no exterior e empréstimos no exterior, respectivamente.

### e) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de março de 2011, a Companhia possuía operações com característica de *hedge*.

## 22. Instrumentos financeiros--Continuação

No primeiro trimestre de 2011, a Companhia contratou operações para proteção cambial de passivo com o Banco Itaú BBA e HSBC Bank. Das operações contratadas, apenas uma não foi liquidada gerando um ajuste a perda de R\$4.116. As operações liquidadas geraram uma perda de R\$7.475. Abaixo o demonstrativo:

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo diferencial a receber/ (pagar)	Curva diferencial a receber/ (pagar)
Termo de Moedas	USD/USD	HSBC Bank	04/04/2011	123.000	204.758	200.642	(4.116)	(4.116)

### f) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos os quais não estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos de *hedge*.

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo cenário provável o adotado pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES	TJLP	(185.735)	(221.738)	(257.741)
FINEP	TJLP	(9.178)	(10.255)	(11.333)
Financiamento importação	Taxa Câmbio R\$/US\$	(932)	(1.165)	(1.398)
Notas promissórias	DI	(9.826)	(12.081)	(14.335)
Debênture privada	IPCA	(600.527)	(647.591)	(699.281)
Referência para passivos financeiros				
	TJLP (% ao ano)	6,0%	7,5%	9,0%
	DI (% ao ano)	10,61%	13,26%	15,91%
	IPCA (% ao ano)	5,91%	7,66%	9,19%
	Taxa de câmbio média (R\$/US\$)	R\$1,90	R\$2,48	R\$2,98

## 23. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010.

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31.03.2011</b>	<b>31.03.2010</b>
Resultado básico por ação		
Numerador		
Resultado líquido do trimestre atribuído aos acionistas da Companhia	<b>(20.440)</b>	(11.438)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<b>675.194</b>	650.000
Resultado básico por ação	<b><u>(30,27)</u></b>	<u>(17,60)</u>
	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31.03.2011</b>	<b>31.03.2010</b>
Resultado diluído por ação		
Numerador		
Resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	<b>(20.440)</b>	(11.438)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<b>675.194</b>	650.000
Efeito da diluição		
Debêntures conversíveis em ações	<b>520.212</b>	<b>520.212</b>
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	<b>1.195.406</b>	<b>1.170.212</b>
Resultado diluído por ação	<b><u>(17,10)</u></b>	<u>(9,78)</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais.

## 24. Receitas, custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

### Receitas:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Receita com passagens	102.610	90.644	102.610	90.644
Receitas acessórias	6.542	6.076	6.542	6.076
Receita da construção	20.453	14.531	20.453	14.531
Impostos e contribuições sobre a receita	(6.922)	(6.188)	(6.922)	(6.188)
	<u>122.683</u>	<u>105.063</u>	<u>122.683</u>	<u>105.063</u>

### Custos e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Operacionais	47.288	23.759	47.288	23.759
Gerais e administrativas	10.415	8.623	10.415	8.623
Pessoal e encargos	27.032	24.848	27.032	24.848
Depreciação e amortização	21.729	20.934	21.729	20.934
Marketing e vendas de serviços	4.353	3.874	4.353	3.874
	<u>110.817</u>	<u>96.086</u>	<u>110.817</u>	<u>96.086</u>
Custo de serviços	81.062	68.358	81.062	68.358
Despesas gerais e administrativas	29.755	27.728	29.755	27.728

\* \* \* \* \*

## COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO DO 1º TRIMESTRE DE 2011

*Valores expressos em milhares de Reais*

Submetemos à apreciação de V.Sas., as Informações Trimestrais acompanhadas das Notas Explicativas, relativos ao trimestre encerrado em 31 de março de 2011.

### 1 Aspectos econômico – financeiros

O resumo das principais informações operacionais e financeiras é apresentado a seguir:

O primeiro trimestre de 2011 apresentou prejuízo de R\$20.440 mil (prejuízo de R\$11.438 mil em 2010), devido, principalmente, ao resultado financeiro negativo e à amortização do ágio decorrente da reorganização societária e da concessão.

A receita líquida alcançou R\$122.683 mil (R\$105.063 mil em 2010), representada em 84% pela prestação do serviço de transporte de passageiros. Foram transportados 43.244 mil (37.576 mil no primeiro trimestre de 2010) passageiros no primeiro trimestre 2011.

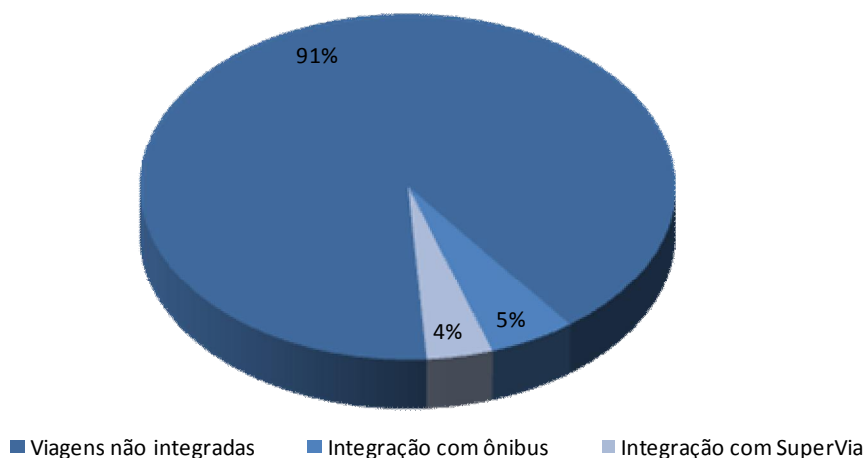
A Companhia encerrou o primeiro trimestre de 2011 com R\$1.001.548 mil (R\$381.708 mil no primeiro trimestre de 2010) de endividamento líquido, representados, principalmente, por Debêntures Privadas, Notas Promissórias e por contratos de financiamento junto ao BNDES e FINEP.

<b>Informações selecionadas (R\$ mil)</b>	<b>1º Trimestre de 2011</b>	<b>1º Trimestre de 2010</b>
Passageiros transportados (em milhares)	43.244	37.576
Receita Líquida de Vendas	122.683	105.063
EBITDA	34.559	30.546
Margem EBITDA	28,2%	29,1%
Prejuízo Líquido	(20.440)	(11.438)
Endividamento Líquido	1.001.548	381.708

## Passageiros

- Os 43.244 mil (37.576 mil no primeiro trimestre de 2010) passageiros transportados no primeiro trimestre de 2011 estavam assim distribuídos:

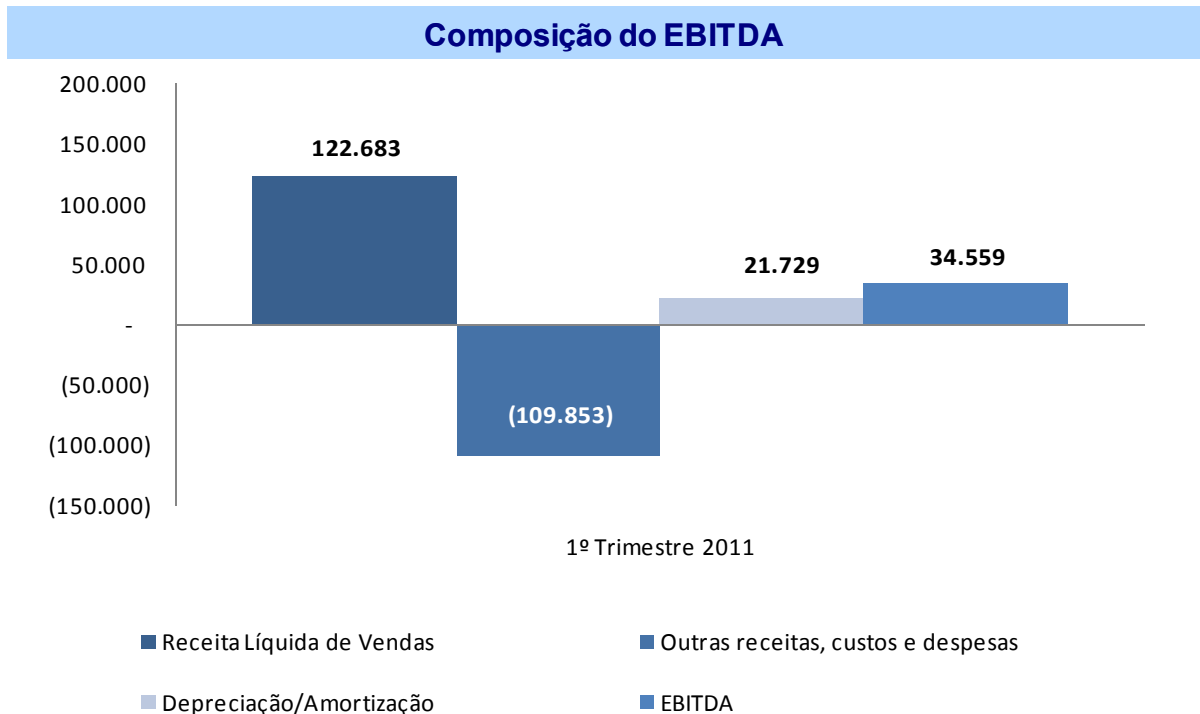
### Receita com passagens



## Resultados

- A receita bruta alcançou R\$129.605 mil no primeiro trimestre de 2011 (R\$111.251 mil no primeiro trimestre de 2010), sendo R\$102.610 mil (R\$90.644 mil no primeiro trimestre de 2010) referentes à receita com a prestação do serviço de transporte de passageiros, R\$6.542 mil (R\$6.076 mil no primeiro trimestre de 2010) referente à receita com locação de espaço físico e veiculação de anúncios e R\$20.453 (R\$14.531 mil no primeiro trimestre de 2010) referentes à receita de construção, este último registrado para adequação ao ICPC 01;
- O custo no primeiro trimestre de 2011 atingiu R\$81.062 mil (R\$68.358 mil no primeiro trimestre de 2010), representado, principalmente, pelos gastos com pessoal, energia elétrica, materiais e serviços de manutenção, depreciações, amortizações e custo de construção (R\$19.931 no primeiro trimestre de 2011 e R\$14.048 no primeiro trimestre de 2010), este último registrado para adequação ao ICPC 01;
- O lucro bruto no primeiro trimestre de 2011 foi de R\$41.621 mil (R\$36.705 mil no primeiro trimestre de 2010);
- As despesas gerais e administrativas somaram R\$28.505 mil (R\$27.153 mil no primeiro trimestre de 2010), representadas, principalmente, por gastos com pessoal, consultorias e depreciações;
- As outras receitas e despesas operacionais alcançaram resultado positivo de R\$964 mil. No primeiro trimestre de 2010 estas alcançaram R\$635 mil;
- No primeiro trimestre de 2011, o EBITDA somou R\$34.559 mil (R\$30.546 mil no primeiro trimestre de 2010) e a margem EBITDA foi de 28,2% (29,1% no primeiro trimestre de 2010). A margem EBITDA desconsiderando a receita de construção foi de 33,8% (33,7% no primeiro trimestre de 2010).

O EBITDA foi composto da seguinte forma:



- O resultado financeiro foi negativo em R\$43.897 mil, motivado, principalmente, pelos juros referentes às Notas Promissórias, Debêntures Privadas e financiamentos junto ao BNDES.

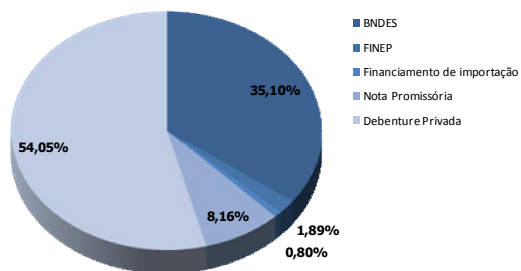
### **Investimentos**

- O total de investimentos realizados pela Companhia no primeiro trimestre de 2011 foi de R\$33.903 mil (R\$43.656 mil no primeiro trimestre de 2010), aplicados, principalmente, nos projetos relacionados às obrigações do Sexto Aditivo ao Contrato de Concessão, que incluem a aquisição de novos carros-metrô, a construção das estações Cidade Nova e Uruguai, e da passarela sob a Av. Presidente Vargas, além da realização de investimentos de modernização do sistema metroviário, inclusive a modernização e ampliação dos sistemas de energia, controle de tráfego, ventilação, sinalização, e implementação de acessibilidade universal em todas as estações.

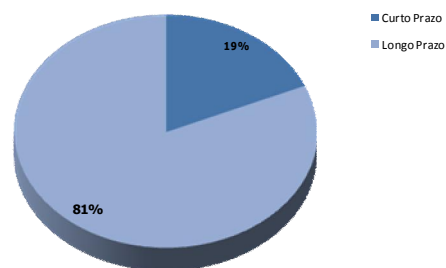
## Endividamento

- A dívida bruta, composta por Debêntures Privadas, Notas Promissórias e contratos de financiamentos, alcançou R\$1.048.489 mil no primeiro trimestre de 2011 (R\$669.879 mil no primeiro trimestre de 2010), e possuem a distribuição a seguir.

Composição do Endividamento por Modalidade



Composição do Endividamento



\*\*\*\*\*